

ATA FÓRUM MUNICIPAL PERMANENTE DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE

REGISTRO DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 3 DE DEZEMBRO 2019

Aos três (3) dias do mês de dezembro de 2019, às dezenove horas e quinze minutos (19h15min) instalou-se a reunião ordinária do Fórum Municipal Permanente de Educação de Belo Horizonte (FMPE/BH), com a seguinte pauta: **1-** Informes; **2-** Apresentação da avaliação do Grupo de Trabalho do eixo Ensino Médio. A reunião contou com a presença dos seguintes membros: Gláucia Pinto e Porto, Roberta da Costa L. Nora, Camila Trigo Matos, Márcia de Fátima N. Cruz, Neuma Soares Rodrigues, Analise de Jesus da Silva, Iara Félix Pires Viana, Marcos Evangelista Alves, Elias José Lopes de Freitas e Fabrícia de Oliveira Silva. Lucas Reis Ávila, Mayara Capella de Brito, Ângela Maria R.F. Barreto, Vera Lúcia Otto Diniz e Edson Miguel Barcelos justificaram suas ausências. Contou-se, ainda, com a presença de Isadora R. Lopes e Thiago Peixoto Gonçalves, convidados, representantes da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e com Alexander Gonçalves Corradi, como secretário executivo, conforme lista anexa. Iniciados os trabalhos, houve breve apresentação do Coordenador Marcos Evangelista Alves, para os convidados que ali estavam. Informou-se tratar da última reunião do ano. Contextualizou os participantes da reunião sobre o espaço do CLIC - Centro de Línguas Inovação e Criatividade -, fez breve digressão acerca de todas as atividades realizadas no local. Disse ser aberto ao público, um instrumento que possibilita um rol enorme de atividades em um ambiente bonito, criativo e colorido. Ainda sobre o CLIC, falou um pouco do mobiliário presente nas salas, da parceria estabelecida com os oficinairos do Programa Escola Integrada (PEI), envolvidos no suporte, adequação e reaproveitamento dos móveis. Da temática do Fórum, disse que o monitoramento do Plano Municipal de Educação tem novas ferramentas tecnológicas para o funcionamento, agora disponibilizadas em “nuvem” e que a discussão em torno do monitoramento continuará até a próxima conferência. Analise de Jesus da Silva, em aparte, falou sobre a manifestação pública do Fórum, em repúdio à aprovação do Projeto de Lei 274/2017 pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, no dia 14 de outubro de 2019. Em seguida, Iara Félix Pires Viana, da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), foi convidada a falar do Projeto Novo Ensino Médio, cuja implantação tem sido projetada para o ano de 2023. Após exposição de suas credenciais, a convidada disse que já estava em contato com a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED/BH), na tratativa do mencionado projeto, por considerar de extrema importância esse diálogo entre as secretarias. Na continuidade, utilizando o recurso de exposição por *slides*, a convidada falou um pouco do Projeto do Novo Ensino Médio, proposta, segundo ela, ancorada no planejamento de um currículo que atenda a realidade da juventude, numa construção desfragmentada, que dialogue com as outras etapas da educação. Na sequência de sua narrativa, Iara Félix Pires Viana explicou que a equipe pedagógica da SEE/MG, em 2019, elaborou uma proposta de ensino médio, que inclusive já passou por consulta pública. Em relação aos docentes que atuarão nesse novo modelo, propõe a construção de uma “arquitetura curricular” no planejamento das licenciaturas em universidades que ainda trabalham em modelos tradicionais, de forma a diminuir o impacto nas carreiras do magistério. Após este preâmbulo, passou ao Plano Municipal de Educação, na tratativa da meta 3, suas estratégias e ações. Disse a convidada, que foi possível verificar a existência de um “gargalo” histórico no Ensino Médio relacionado à evasão dos alunos que ingressam, com o número dos alunos que dão continuidade aos estudos, no segundo ano. Iara Félix Pires Viana mencionou que a SEE/MG, tem se “debruçado” sobre este problema, e, para isso, implementou vários estudos para entender esta evasão. Pontuou que os “Itinerários Informativos” e o “Projeto de Vida”, são projetos cujas duas palavras serão muito utilizadas no currículo do Novo Ensino Médio. Iara Félix Pires Viana explicou

ainda, que no universo de 3.365 (três mil, trezentos e sessenta e cinco) escolas estaduais, por volta de 1.200 (hum mil e duzentos) oferecem o ensino médio, com matrizes das mais distintas. A proposta do projeto é tentar uniformizar as matrizes, possibilitar um diálogo entre escolas urbanas e rurais, por exemplo. Na busca de informações, o sistema de gerenciamento escolar da SEE/MG está interligado com as secretarias municipais. A tentativa da comunicação por meio destes *softwares* eletrônicos é apurar, em tempo real, a frequência dos alunos nas unidades escolares, no movimento criado no Estado de Minas Gerais destinado a entender as causas e motivos da infrequência, que levam à evasão escolar. Há, também, a tentativa de cruzar as informações com o Registro de Eventos de Defesa Social (REDS) da Polícia Militar do Estado, sistema responsável por monitorar as ocorrências policiais em Minas e seus municípios. Em aparte, Neuma Soares Rodrigues questionou o porquê das escolas não terem recebido autorização para abertura de novas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Iara Félix Pires Viana respondeu que a abertura de vagas da EJA se dão no zoneamento, mediante demanda, e, ainda, estrutura física das escolas para receberem as turmas. Explicitou, também, que todas as demandas surgidas têm sido atendidas dentro de uma perspectiva local, ancorada em parâmetros legais, no entendimento que as matrículas dessa modalidade de educação são sazonais. Ato contínuo, numa explicação mais ampla sobre temas questionados de forma recorrente, Iara Félix Pires Viana teceu as seguintes considerações: 1) Sobre o transporte escolar, explicou que hoje essa demanda se dá diretamente no município, sem necessidade de firmar convênio (como requerido anteriormente). Afirmou que só o repasse de recursos, sem o monitoramento do número de usuários, apresenta alguns “gargalos”. Por isso, estudam a proposta de pagar por quilometragem percorrida pelo veículo que estiver em oferta aos estudantes. 2) Sobre a ampliação do ensino médio em tempo integral, em 203 escolas, disse tratar-se de um desafio que a atual gestão aposta e considera ser muito importante. A intenção é promover uma experimentação que possibilite avaliar a manutenção do projeto. 3) Sobre o Diário Eletrônico, falou que esse *software* gerou polêmica, mas foi muito importante para a verificação do funcionamento da EJA, dentro das escolas estaduais. As 47 regionais dispõem do NEI (Núcleo de Estudos Tecnológicos) responsáveis pelo monitoramento das redes digitais. 4) Sobre a Busca Ativa da população de 15 a 17 anos, que estão fora da escola, falou em articulação com os serviços sociais. 5) Sobre o ajuste da Resolução SEE 3.553/2017, que dispõe sobre a Iniciação Científica no Ensino Médio, no âmbito da Educação Integral e Integrada, da Secretaria de Estado de Educação disse que apresenta os marcos da política de investigação e pesquisa na Educação Básica. 6) Sobre a iniciação científica, falou que verificou-se em avaliações interna e externa, que alunos negros, do sexo masculino, segundo Iara Félix Pires Viana, estereotipados, que participaram do projeto com aulas no contra turno, obtiveram bons resultados na redução das distorções série x anos de escolaridade. Além disso, alcançou-se um percentual de 46% destes alunos, aprovados para a universidade, fato que oportunizou a construção de uma identidade daqueles que não eram vistos e considerados. O mais importante foi mudar o olhar para esses estudantes, que passaram a ser vistos como sujeitos de seu destino, uma das ações com resultados rápidos e eficientes que se tornaram política pública. 7) Sobre o Programa de Convivência Democrática, disse que, atualmente, os problemas recebem identificação por categorias, são nominados, e seu intuito é facilitar a identificação estatística das ocorrências. Há, inclusive, uma cartilha norteadora que auxilia o diretor escolar quando da necessidade de acionar a Polícia Militar. 8) De volta à temática da evasão escolar, a convidada falou um pouco da campanha VEM (Virada da Educação de MG), pautada em identificar casos de evasão, funcionando como um sensor. Verificada a ausência reiterada do educando, este aluno é chamado a retornar à escola, com programas de busca efetiva, onde toda a comunidade escolar se envolve em identificar a causa da infrequência. Em aparte, houve manifestação de Neuma Soares

Rodrigues, que disse que uma das discussões na Conferência Municipal de Educação de Belo Horizonte, foi tratar a questão da deficiência (pessoas com deficiência). Neste cenário, questionou qual a política estadual para esta temática. Em resposta, Iara Félix Pires Viana explicou que atende 2 milhões de estudantes para cada segmento. Esse atendimento se desdobra em modalidades, todas coordenadas por subsecretarias, que tem liame com políticas educacionais obrigatórias. No aspecto da obrigatoriedade, dá o direito à matrícula em escolas regulares ou especializadas, numa política que possibilita às famílias o direito de escolha. Informou, ainda, que atualmente 22 escolas especiais funcionam no estado de Minas Gerais. Neste momento, Elias José Lopes de Freitas interrompeu e explicou a todos que as perguntas devem se pautar apenas no Plano Municipal de Educação (PME), uma vez que o convite foi direcionado à um debate acerca do mencionado documento. Percebeu que os questionamentos estavam tomando um caminho *lato sensu*, fugindo, portanto, da finalidade precípua do encontro. Na sequência, Neuma Soares Rodrigues promoveu novo questionamento, em que perguntou da transição do currículo do ensino fundamental para o médio, conforme mencionado, prevista para 2023. Iara Félix Pires Viana respondeu que a construção do currículo será conjunta, em parceria entre estado e municípios. Em continuidade à fala, a convidada explicou sobre as bolsas de iniciação científica, em que o repasse de recursos se dá pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), em regime de parceria, para pagamento de tutores e professores que orientam os grupos de alunos. Analise de Jesus da Silva pediu a fala para tratar a educação inclusiva. Disse que permitir que a família faça opção das escolas especiais, vai na contramão do Plano Estadual de Educação. Mencionou, ainda, que no Fórum Estadual de Educação de Minas Gerais foi discutido sobre a designação de professores que irão trabalhar com a educação inclusiva. Denunciou uma “dica” estampada no rodapé do edital de designação, que direciona o candidato para um instituto que faz propaganda de como obter pontuação para a designação de professores. Sobre esta denúncia, Iara Félix Pires Viana solicitou que seja formalizada, pois há possibilidade de propositura de queixa-crime. Por fim, Analise de Jesus da Silva questionou se haverá Educação de Jovens e Adultos (EJA) no formato de Educação a Distância (EaD). Iara Félix Pires Viana respondeu que não. Ainda sobre a pergunta, disse que na gestão da Prof.^a Macaé Evaristo, houveram denúncias de famílias que reclamavam não serem atendidas em seus desejos no momento de matricular seus filhos em escolas especiais. Explicou que as instituições de defesa dos direitos individuais (Defensoria Pública, Ministério Público, OAB, dentre outros) confirmavam que seria, de fato, dever do Estado atender o anseio das famílias. Além disso, não serão expandidas as escolas exclusivas, mas as 22 (vinte e duas) que existem, vão disponibilizar aos familiares das pessoas com deficiência, o direito de escolha. Em novo aparte, Márcia de Fátima N. Cruz disse que a construção do espaço CLIC é um claríssimo sinal de que as parcerias podem ser bem-sucedidas, refletindo um padrão de alta qualidade para as mais diversas atividades. Na continuidade da fala, disse que, como mãe de estudante, a sensação é de que nas escolas cada um faz como quer, principalmente nas escolas estaduais, onde há vários problemas, o que torna difícil entender que num dos estados mais ricos da federação, o governo de Minas Gerais não aplica os recursos no mesmo padrão de revitalização em equipamentos educacionais. Percebe que a luta é buscar que a sociedade civil participe na valorização do papel das famílias na vida escolar dos seus filhos. Neste “ventre”, a evasão mencionada neste encontro está ligada, muitas vezes, à mediocridade e em vários pontos, que vão das eleições de direção e colegiados, no ambiente das escolas, onde não se constroem culturas de valorização por não serem convenientes. Ato contínuo, a convidada Iara Félix Pires Viana que, até então ouviu as manifestações, teceu comentários: considera muito importante a proximidade com a comunidade escolar; as minúcias do que é dito pelo coletivo escolar dentro das unidades até chegarem à Secretaria de Estado de Educação (SEE) passam por muito filtros, o que

dificulta o entendimento da situação-problema ocorrida. Nas últimas eleições para a direção das escolas, na atual gestão estadual, foi criado um termo de responsabilidade, instrumento destinado a se apurar as denúncias e punir aqueles gestores que não se responsabilizam em promover o diálogo com a comunidade. Informou, por fim, que fará a indicação da representatividade neste fórum. Passada a palavra, Analise de Jesus da Silva procedeu a leitura da nota pública de repúdio em torno da “desomologação” da Resolução 02/2019, que regulamenta a educação fundamental da Rede Municipal de Educação. Comentou que os representantes da Câmara Municipal que constrangeram a Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte não se preocuparam em considerar a construção dos princípios fundamentais da educação pública de qualidade. Levada à votação, o repúdio foi aprovado à unanimidade. Marcos Evangelista Alves, em aparte, explicou que num esforço coletivo, para a última reunião do ano, tentou-se buscar um momento mais acolhedor. Teceu comentário sobre o monitoramento do Fórum e considera que foi muito exitosa a conferência, por descaracterizar uma política única, com a visão do Plano Municipal de Educação apenas sob o olhar de que a responsabilidade recairia sobre o governo municipal. Ainda no “ventre” da conferência, considera ser um marco por não ter dado palco para disputas de cunho político-partidário. Por fim, graças ao trabalho do Fórum e de todos os participantes, desconstruiu-se a ideia de ser monopólio do governo municipal. Às vinte e uma horas e dezenove minutos (21h19min), o Coordenador encerrou a reunião.